

CADMO

Revista do Instituto Oriental
da
Universidade de Lisboa

6/7



Edições
Colibri

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

tino: «Un certain nombre de dispositions relatives aux couronnements impériaux à Byzance, comme la coïncidence avec les grandes fêtes religieuses dans lesquelles ils s'insèrent et une part importante des rites spécifiques, ne peuvent laisser l'égyptologue indifférent».

A visão cronológica «estatal» que D. Valbelle tem do Egipto faraónico pode bem detectar-se na organização da Obra e nos títulos das suas quatro partes: «Le plus vieil État du monde», «La restauration de l' État égyptien», «L'Empire égyptien» e «Les derniers siècles de l' État pharaonique». A noção de «Estado» aplicada ao Egipto faraónico enquanto nação politicamente organizada, e neste volume enfatizada, pode não ser aceite por todos, a começar pelos próprios Egípcios – de resto, como a Autora reconhece, «les Égyptiens n'ont pas véritablement de mot pour désigner l'État» (p. 3).

Antes do índice remissivo, feito com algum cuidado (pp. 419-450), encontra-se a Bibliografia, que é abundante e ocupa mais de trinta páginas (pp. 385-417). Não deixará no entanto de surpreender a ausência de alguns dos títulos da sua compatriota Claire Lalouette, e só a Autora poderá dizer por que razão não utilizou o clássico *La Civilisation de l' Égypte Pharaonique* de François Daumas (1965), que naturalmente se esperaria ver mencionado numa obra deste cariz.

Luís Manuel de Araújo

DIETRICH WILDUNG, *O Egipto. Da Pré-História aos Romanos*, Arquitectura Universal da Taschen, Taschen, Colónia, 1998, 240 p. ISBN 3-8228-7698-4.

Com a boa qualidade gráfica habitual nas edições da Taschen saiu a público mais um volume da série de quarenta dedicados à Arquitectura Universal, este sobre o Egipto (presença obrigatória numa temática como esta). É seu autor Dietrich Wildung, conhecido e conceituado professor de Egiptologia em Berlim e conservador (curador, preferiu escrever a tradutora) do Museu Egípcio de Berlim, depois de ter desempenhado funções idênticas em Munique. O director editorial da publicação foi Henri Stierlin, a quem se devem vários álbuns sobre a arte do antigo Egipto. Quanto à tradução, esteve a cargo de Maria Filomena Duarte, responsável, com os serviços de redacção e de revisão da Centralivros (Lisboa), pelas diversas anomalias e discrepâncias que infelizmente enxameiam este bem paginado e ilustrado volume, como a seu tempo veremos.

A Introdução (pp. 7-21) apresenta-nos as formas arquitectónicas elementares do antigo Egipto como petrificação da natureza, mostrando como a arquitectura religiosa, que desde a III dinastia constrói preferentemente em pedra, deriva da velha arquitectura secular. Exemplos notórios são, entre outros, as colunas evocando árvores e plantas que surgem logo no complexo do Hórus Djoser em Sakara planificado pelo genial Imhotep.

«Casas para os mortos e escadarias para os céus» (pp. 23-44) é o título do capítulo que nos evoca a arquitectura tumular da Época Arcaica ou Tinita (que aqui aparece como «Primeiro Período»), da III dinastia e princípios da IV dinastia (Seneferu). Depois dos sucessos (com vários fracassos pelo meio) alcançados em Dahchur, abalançaram-se os arquitectos reais e os milhares de trabalhadores sob as suas ordens a «Construir para a vida futura» (pp. 45-71), erigindo com rigor matemático as toneladas de pedra que formam as pirâmides do Império Antigo que ainda hoje se podem ver no planalto de Guiza. Menores e de precário acabamento são as pirâmides da V e VI dinastias, contrastando com o requinte das mastabas dos altos funcionários. «O período clássico perdido» (pp. 73-91) lembra a arquitectura do Império Médio de proporções maeticamente equilibradas, bem traduzidas na «capela branca» de Senuseret I em Karnak. Os imensos templos aos deuses erguidos no Império Novo, sobretudo em Tebas, são o tema do capítulo intitulado «Um Estado feito de pedra» (pp. 93-125), com excelentes imagens e esquemas de Lucsor e Karnak. Seguem-se os «Castelos de Eternidade» (pp. 127-165), uma expressão incorrectamente passada da melhor e mais apelativa forma egípcia de «palácios de eternidade», designação dada aos templos funerários dos monarcas, aqui bem representados com os templos de Deir el-Bahari (Hatchepsut) e Medinet Habu (Ramsés III). «O Cosmos em Pedra» é o título do capítulo seguinte (pp. 167-189), onde são descritas as várias construções erguidas no Terceiro Período Intermediário entre o Delta e o actual Sudão. O «Florescimento tardio» (pp. 191-224) apresenta os grandes templos da Época Greco-Romana em Edfu (Hórus), Filae (Ísis) e Dendera (Hathor).

O Epílogo (pp. 225-229) remata com a influência egípcia no Ocidente, seguindo-se um quadro cronológico (pp. 230-232), um glossário (p. 233), a bibliografia (p. 234) e o índice remissivo (pp. 235-236).

O que se lamenta neste belo volume sobre a arquitectura do antigo Egipto é a falta de uma revisão científica. Erros de terminologia egíp-

tológica detectam-se logo na p. 7, na legenda, onde aparece um estranho «Primeiro Reino Intermédio», que se repete na p. 12; os remates em cornija dos pilones e portas de templos eram em gola encornijada e aqui são descritos como «garganta egípcia» (p. 10); mastaba não é «rampa» em árabe mas sim banco; seria preferível mencionar as estátuas de Khafré em vez de «estatuetas de pedra» (p. 47); os aqui chamados «pais celestes» são afinal pais-divinos (*itu-netjer*) um grupo sacerdotal (p. 121); na gravura da p. 150 vê-se Ramsés II perante Amon, Khonsu e Mut mas o rei não está aí «representado a rezar», além de ser abusivo chamar «Sagrada Família» à tríade tebana; na gravura da p. 199 está a deusa Uadjit com a coroa branca do Alto Egipto e não com a «torre do Alto Egipto»; cartela é mais habitual que «cártula» (p. 106 e outras). Erros de terminologia histórica vêm-se quando em vez do mais fácil e corrente século II-I a. C. surge a forma «primeiro-segundo século a. C.» (p. 15), em vez de XI dinastia surge uma «Décima Primeira Dinastia» (p. 175).

Como é já habitual em obras de temática egiptológica traduzidas ou revistas por quem não está familiarizado com o assunto, aqui aparecem as incongruências nos nomes de deuses e reis: ao longo de todo o volume tanto aparece a forma Re como Ra (em vez da mais correcta Ré), Toth e Tot, Setos em vez de Seti (p. 16 e outras), Hopi em vez de Hapi (p. 145), Maja em vez de Maia (p. 164). E até na mesma página (!) aparece Amun e Amon (p. 75), Amenófis III e Amen-hotep III (114), Aton surge como Aten (p. 95 e outras) ou Atyen (p. 120), o funcionário tanita Uendjebauendjed complica-se com a forma Wenu-djebaw-n-djedet (p. 170). A balbúrdia onomástica fica bem espelhada quando se vê o vizir Aper-el (do tempo de Amen-hotep III e Amen-hotep IV/Akhenaton) aparecer como «Wesir Aper-el» numa insólita locução onomástica (p. 164), o famoso busto de Nefertiti descoberto em Amarna é apresentado como sendo de Nefertari, e o grande templo de Aton surge como «Grande Templo de Atena» (p. 122). Acrescente-se, enfim, que foi Ramsés II e não Ramsés III que participou na batalha de Kadech (pp. 113 e 136), e a tradução de Akhetaton é «Horizonte de Aton» (como bem se diz na p. 124) e não «sítio luminoso de Aten» (p. 121). Chamar a Aton «rei do sol» é certamente um erro de tradução, mas dizer que se tratava de um «deus monoteísta» é sumamente controverso.

Luís Manuel de Araújo